



Cego, surdo e mudo às justas reclamações, João Leão, ao fim de um ano e meio, continua a bloquear a homologação de pareceres favoráveis do PREVPAP

A FENPROF, o SINDEP e os docentes, investigadores e técnicos não descansarão enquanto todas as homologações não estiverem assinadas pelo MEF

Quando João Leão tomou posse do cargo de Ministro de Estado e das Finanças (MEF), em 15/6/2020, faltava homologar pelo MEF cerca de 100 pareceres favoráveis das CAB CTES do PREVPAP.

Depois de muita pressão sindical, 10 meses depois, em finais de fevereiro de 2021 e prolongando-se por março e início de abril, João Leão lá condescendeu em realizar cerca de 50 homologações tendo deixado ainda em espera próximo de 50 pareceres favoráveis.

Mais recentemente, 8 meses depois, em 3/12/2021, o MEF homologou os pareceres favoráveis da UP, mas ficou-se por aí.

Descontando a exceção que abriu para a Universidade do Porto, feita há mais de um mês, as últimas homologações que o MEF fez foram realizadas há nove meses, existindo neste momento ainda 25 pareceres favoráveis por homologar: 16 de investigadores, 5 de docentes e 4 de técnicos, que se distribuem pelas Universidades de Lisboa, Nova de Lisboa, do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Estes 25 pareceres favoráveis foram aprovados nas CAB, em média há já 20 meses e meio, e estão no gabinete do MEF para homologação, em média há já 15 meses e meio (mais de 1 ano e 3 meses)!

Parecem poucos, mas poucos foram também os docentes e os investigadores aprovados para regularização no PREVPAP – cerca de 400, somente 13% dos mais de 3200 requerentes, investigadores e docentes. São vidas profissionais e familiares que continuam em suspenso da atenção e da homologação do ministro João Leão, o que não se pode aceitar.

Sem a homologação pelos quatro ministros envolvidos, um dos quais o MEF, os contratos precários destes requerentes não podem ser prorrogados, ou retomarem vigência no caso de terem já caducado, até que seja finalizado o concurso para a carreira que obrigatoriamente tem de ser aberto, após a homologação.

Todos os processos pendentes no MEF já foram homologados pelos outros três ministros (MCTES, MTSSS e MMEAP) há mais de um ano, à exceção de cinco, que foram por aqueles homologados há mais de 10 meses. De acordo com uma Resolução do Conselho de Ministros, o MEF teria cinco dias úteis para fazer a homologação; na maioria dos casos, já lá vai mais de um ano!

Não se conhece nem se vislumbra qualquer justificação para o MEF não homologar estes pareceres, pois já foram homologados muitos outros em situação idêntica pelo anterior ministro da pasta e mesmo pelo atual MEF. Acresce que a homologação destes processos não comporta, sequer, encargos acrescidos, por as verbas necessárias já terem sido transferidas para as instituições do ensino superior, desde o início do ano passado.

O Conselho de Reitores e alguns reitores, individualmente, têm vindo a remeter ofícios ao MEF reclamando as homologações.

A FENPROF vem, com persistência, a solicitar reuniões ao MEF, tendo obtido até agora invariavelmente a resposta de que “o ministro não tem agenda”. Desta feita, ao pedido feito pela FENPROF e pelo SINDEP para serem recebidos hoje, na sequência da concentração, a resposta obtida foi a de que não seria oportuno por se estar em campanha eleitoral (!), que, aliás, só se inicia oficialmente no dia 16. É um comportamento que as organizações não podem deixar de lamentar. Todas as desculpas são boas para o MEF fugir ao diálogo e às suas responsabilidades, verificando-se que não é sequer capaz de explicitar as razões de uma tão insólita atitude de ‘veto de gaveta’.

A manter estes pareceres favoráveis por homologar, o MEF encontra-se a violar: a Resolução do Conselho de Ministros 52/2020, o Código do Procedimento Administrativo, a Lei do PREVPAP e a Constituição da República Portuguesa, em particular o princípio da igualdade (art.º 13.º). Incompreensível é que o MEF não se sinta obrigado a homologar os pareceres em falta.

Esta atitude obstrucionista do MEF é prepotente. Ofende o Estado de Direito. É intolerável por parte de um ministro de um governo que se diz contra a precariedade, ainda que se tenha mostrado impotente para lhe pôr fim, nem sequer conseguindo, como está à vista, terminar o PREVPAP e garantir outra atitude por parte do Ministro de Estado e das Finanças.

Nem a FENPROF, nem o SINDEP, promotores desta concentração, nem os colegas que aguardam a homologação dos seus pareceres favoráveis e os restantes que com eles se encontram solidários descansarão até que todas as homologações em falta por parte do MEF estejam assinadas.

Lisboa, 12 de janeiro de 2022

A FENPROF

O SINDEP